

THIAGO MARQUES MANDARINO

## ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

Recebido em 06/04/2022

Aprovado em 30/08/2022

# ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS DE ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

## Resumo

O afã de derrotar Bolsonaro nas urnas tem colocado os movimentos sociais e partidos de esquerda, que tencionam a superação do capitalismo, em uma encruzilhada histórica. A ideologia burguesa – valores e interesses da classe dominante apresentados como universais – tem na alienação o terreno fértil para se propagar. Por isso, a conversão do proletariado em classe “para si” requer uma forma de consciência que escape do senso comum e da ação reivindicatória como fim em si mesmo. Nesse sentido, tais partidos e movimentos sociais podem cumprir um papel essencial, desde que não sejam engolfados pelo consenso democrático (centro vital da política hoje) e pelo aprisionamento ao presente, convertendo a vida cotidiana e suas urgências no horizonte máximo de atuação (possibilismo). O presente artigo almeja trazer elementos para o debate e a reflexão acerca desses pontos, de modo a permitir uma análise crítica das movimentações que vêm sendo feitas por esses atores em meio à proximidade do pleito presidencial.

**Palavras-Chave:** Método Marxiano; Ideologia; Consciência de Classe; Movimentos Sociais.

## THIAGO MARQUES MANDARINO

Doutorando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

E-mail: [thiago.mandarino@gmail.com](mailto:thiago.mandarino@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0985-4224>

## **Abstract**

The effort of defeating Bolsonaro in the ballot has put social movements and left-wing parties, which intend to overcome capitalism, at a historic crossroads. Bourgeois ideology – values and interests of the ruling class presented as universal – has in alienation the fertile ground to propagate. Therefore, the conversion of the proletariat into a class “for himself” requires a form of consciousness that escapes common sense and claiming action as an end in itself. In this sense, such parties and social movements can fulfill an essential role, since they are not engulfed by democratic consensus (vital center of politics today) and by the imprisonment to the present, converting daily life and its urgencies into the maximum horizon of action (possibilismo). This article aims to bring elements to the debate and reflection on these points, in order to allow a critical analysis of the movements that have been made by these actors in the proximity of the presidential election.

**Key-Words:** Marxian method; Ideology; Class Consciousness; Social Movements.

## I. Introdução

A proximidade das eleições presidenciais no Brasil tem levado os partidos e movimentos sociais de esquerda<sup>1</sup> a um impasse bastante complexo. A derrota de Jair Bolsonaro, expressão e mobilizador das forças reacionárias e neofascistas do país, se apresenta cada vez mais como a grande tarefa histórica do momento. Contudo, tal debate não pode ser travado sem levar em conta alguns elementos:

1- Nos momentos de crise mais aguda do capital, em que o consenso operado pela ideologia burguesa converte-se em contradição explícita, é comum o recurso à coerção e à violência para a imposição dos interesses dominantes. Assim, o atual momento histórico é incompreensível sem levar em conta que os humores de cunho fascista e o reacionarismo não são anomalias da ordem burguesa, mas parte imanente desta, que em determinadas conjunturas vêm à tona;

2- Ligado ao ponto anterior cabe realçar que Bolsonaro é a personificação brasileira de um movimento mais amplo, que envolve a ascensão da extrema direita em âmbito mundial com o acirramento da crise do capital a partir de 2008;

3- Os argumentos acima elucidam que, sem a superação do próprio modo de produção capitalista como horizonte estratégico, as soluções e possibilidades lidam apenas pontual e conjunturalmente com o problema, não o mitigando de fato. Isto é, ainda que seja um passo importante, a derrota de Bolsonaro não significa, necessariamente, o fim do bolsonarismo, que lhe dá base e sustentação, nem da extrema direita, uma vez que emanam da própria ordem vigente.

Com a dissolução da URSS e a reestruturação do capital, parecemos presos entre três possibilidades históricas: a) o triunfo final do liberalismo e o fim da história; b) a incerteza caótica e a ausência de sentido histórico e; c) a

---

<sup>1</sup> Doravante, como meio de deixar o artigo menos repetitivo, o termo “movimentos sociais”, quando empregado, fará referência tanto a movimentos quanto a partidos de esquerda.

impossibilidade do socialismo ou comunismo. Porém, estes são pressupostos questionáveis, pois: a) o mundo liberal trouxe mais a barbárie civilizacional do que a harmonia anunciada; b) os pós-modernos abdicaram de compreender o mundo e seu sentido, dando lugar à magia como mediação, ao empirismo descritivo, à singularidade vazia e à universalidade abstrata, sem múltiplas particularidades, sem movimento; e c) como no pensamento marxista o presente “(...) é síntese de elementos do passado, de nossa ação imediata e da intencionalidade aberta ao devir (...) é possível captar o movimento do real e suas tendências”, uma vez que a categoria da totalidade permite desvelar os nexos nem sempre aparentes entre as diversas esferas da vida, seus desdobramentos ao longo do tempo, as expressões particulares das contradições capitalistas e as dimensões objetivas e subjetivas<sup>2</sup> (IASI, 2017, p. 26-36).

Ou seja, mais do que nunca, o método inaugurado por Marx é imprescindível para a apreensão mais acurada do presente e a consecução de um futuro distinto da barbárie e da auto-extinção da humanidade: o socialismo. Todavia, a derrota histórica das alternativas revolucionárias do proletariado fez com que a política passasse a ser canalizada na direção de operar nos marcos de um centro vital, que atrai tanto a direita liberal quanto a esquerda: o consenso democrático (burguês, cabe lembrar) e o confinamento da política ao possibilismo.

Ao passo que a atual crise esgarça a carapuça civilizatória da ordem burguesa, correspondendo no Brasil ao acirramento da miséria, da desigualdade, da dependência e da violência, torna-se imperativo resgatar o método marxiano para pensar a revolução, desenrolar dialógico das condições objetivas e subjetivas que colocam o proletariado como sujeito histórico

---

<sup>2</sup> Benjamin (1987) reforça a relevância do materialismo histórico, que supera o historicismo ao apropriar-se das reminiscências do passado para alertar do perigo de se entregar como instrumento às classes dominantes. Os bens culturais herdados do passado são os dos vencedores, daí a necessidade de contemplá-los com distanciamento. Para os oprimidos, o estado de exceção é a regra e, portanto, é necessária a construção de um conceito de história que corresponda a isso. Isto é, o autor permite desmistificar a ideologia do progresso como um acúmulo de benesses e benfeitorias, ao reiterar que o método materialista consegue captar a contradição deste progresso alicerçado em ruínas que impelem para o futuro, além de debelar qualquer tipo de conformismo a partir disso.

da emancipação humana. As condições objetivas tendem a se dar a partir das contradições que são próprias ao desenvolvimento capitalista. Já as condições subjetivas para tal fim, a conversão do proletariado em classe “para si”, dependem de meios que elevem o senso comum e a consciência reivindicatória à consciência revolucionária, donde partidos e movimentos sociais despontam como elo essencial. Não numa concepção idealista do processo, que separa consciência e atuação revolucionária em momentos históricos segmentados, mas sim cientes de que condições objetivas e subjetivas interagem dialeticamente umas sobre as outras. Assim, as atuações dos movimentos e partidos podem encaminhar ou mistificar as lutas para a estratégia socialista.

O presente artigo tem o objetivo de levantar elementos para que se possa debater em que medida a derrota de Bolsonaro, como uma urgência, comporta que partidos e movimentos de esquerda estabeleçam alianças com frações da burguesia sem comprometer a atuação sobre a consciência de classe e a estratégia socialista. Com os meios para derrotar Bolsonaro se distanciando cada vez mais das ruas, delimita-se tal objetivo à lógica eleitoral e momentânea, empurrando importantes movimentos e partidos de esquerda para o consenso democrático como horizonte estratégico. Não estariam assim atuando na contramão de um processo de elevação de consciência do proletariado, subordinando a construção do socialismo a um aprisionamento histórico ao presente e à vida cotidiana?

Para contribuir com tais reflexões, além desta introdução, o artigo se divide em três seções. A primeira delas relembra sucintamente que o método marxiano é imperioso para apreender a realidade em sua totalidade contraditória, pensar a história como movimento do devir e lembrar que propriedade privada e trabalho assalariado são fundamentos da alienação (terreno fértil para a ideologia burguesa). A segunda seção recupera apontamentos sobre ideologia e formas de consciência, esboçando assim a essencialidade de que se pense a elevação dessas formas para que o proletariado atue como classe “para si”. A última seção alinha os pontos anteriores pela análise dos

movimentos sociais contemporâneos, e como a atuação destes ao mediar as condições objetivas e as formas de consciência (subjetividade) tem impactos relevantes para a constituição do proletariado como sujeito histórico. Nas considerações finais, aponta-se que a urgência de se derrotar Bolsonaro nas urnas não pode ser uma tática ensimesmada, sob pena de que as alianças e atuações daí decorrentes convertam o possibilismo em horizonte máximo dos movimentos e partidos sociais de esquerda, bem como em forma predominante de consciência do proletariado no longo prazo.

## **2. O método marxiano: apreensão da realidade e da história**

É patente que, conforme se acirram as contradições imanentes ao capitalismo, se ampliam os esforços em desqualificar Marx e a teoria marxista como elos essenciais para a apreensão e superação das mazelas desta sociabilidade. Isso revela que Marx permanece sendo fundamental para “(...) conjugar a ação presente com a distância crítica da reflexão” (BENSAID, 2000, p. 68), pois ele rompe radicalmente com a perspectiva determinística da história, colocando a luta de classes – e a consciência – como seu motor. Abre-se assim um horizonte de possibilidades e potencialidades futuras, sem deixar de considerar os efeitos do passado sobre o presente. As tentativas de desqualificar o autor – e não superá-lo – decorrem exatamente de sua capacidade em apresentar soluções concretas aos dilemas da classe trabalhadora<sup>3</sup>.

A ortodoxia marxista é algo ligado ao método<sup>4</sup>, e não uma leitura dogmática e acrítica da obra de Marx. É a convicção científica de que o marxismo

---

<sup>3</sup> Löwy (2000, p. 77) vai na mesma direção ao enunciar a concepção dialética do progresso em Marx, que “(...) leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista (...)”, como meio de desmistificar a ideologia que atrela a expansão mercantil invariavelmente ao progresso e à modernização.

<sup>4</sup> Iasi (2019b) chama atenção para a imprescindibilidade do método de Marx para a compreensão da contemporaneidade, pois é ferramenta de mediação entre o real e o universo dos conceitos. Contudo, isso deve ser feito tomando cuidados para não enveredar: 1- pelo positivismo, tratando as categorias e conceitos fundamentais deste método de forma imutável e sem vida dentro do movimento do real; 2- pelo relativismo de uma história ocasional sem possibilidade de apreensão conceitual.

dialético é o método investigativo correto. No método dialético o problema central é a transformação da realidade, daí o revisionismo crítico tender a separar método e realidade e celebrar uma cisão que pode levar ao reformismo ou a um socialismo possível sem lutas. O revisionismo acaba por idolatrar um empirismo que despe de historicidade os fatos. Ademais, ao tratar os fatos como o são imediatamente dados, acaba por se inserir no terreno da sociedade capitalista e confundir a reprodução com a construção da realidade, tornando eternas e comuns categorias que são temporais a uma determinada forma de vida social. E isso é totalmente estranho ao materialismo dialético, que vê as contradições como algo imanente à sociedade capitalista – e não uma falha metodológica – e trata a totalidade para além da aparência, analisando a interação (não soma) entre as partes que não são totalmente autônomas e a-históricas (LUKÁCS, 2003).

A linguagem da economia nacional toma como pressuposta a existência tanto da propriedade privada quanto da divisão da sociedade em proprietários e trabalhadores desprovidos de propriedade, sem esclarecer de onde se originam. Suas leis e enunciados partem dessa pressuposição, e toma como fato aquilo que deveria explicar. E é o que Marx (2015) intenta fazer sem recorrer a uma origem fictícia, mas sim às determinações do trabalho alienado como meio para a compreensão da propriedade privada.

Primeiramente, Marx (2015, p. 304) demarca que “(...) o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma mercadoria, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral”. A realização do trabalho e sua objetivação em produtos faz com que estes (e o mundo exterior sensível) enfrentem o trabalhador como objeto alienado e hostil. A realização do trabalho é a desrealização do trabalhador, uma vez que a objetivação se apresenta como perda e servidão ao objeto, e a apropriação como alienação.

Em segundo lugar, esta exteriorização em relação ao produto de seu trabalho é apenas um dos aspectos da alienação, sendo necessário analisá-la também no ato da produção. “(...) Se, portanto, o produto do trabalho é

exteriorização, então a própria produção tem de ser exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização” (MARX, 2015, p. 308). Esta exteriorização consiste no trabalho não como realização, mas seu oposto, ato de degradação, impotência. Por isso, o trabalho alienado produz também a relação que o trabalhador tem com os homens que fruem de sua produção: desrealização e perda.

Uma terceira determinação do trabalho alienado reside no fato de que este, ao alienar ao homem sua natureza (corpo inorgânico universal) e sua própria função ativa, “(...) aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual (...) aliena a vida genérica e individual e (...) torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada.” (MARX, 2015, p. 311). Por fim e conseqüentemente, alienado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, o homem se aliena do próprio homem, enfrenta-o como trabalhador apenas, hostil, independente e alienado<sup>5</sup>.

Desta maneira, se o presente coloca a barbárie na ordem do dia e apresenta o futuro como distopia inescapável, a despeito das críticas recorrentes, o método marxiano do materialismo histórico e dialético permanece sendo primordial para a apreensão da realidade, única via possível de transformá-la conscientemente em prol da emancipação humana.

Por conseguinte, o horizonte comunista e o proletariado como sujeito revolucionário não resultam de uma análise metafísica da realidade. É o desdobramento de reflexões que caminham pelo materialismo e pela compreensão do Estado (expressão alienada da vida genérica dos homens) a partir da sociedade civil (espaço dos particularismos, da vida privada e empírica);

---

<sup>5</sup> Daí elevações de salário em nada mudam isso, apenas melhoram a remuneração do trabalho coagido e alienado, da manutenção do trabalhador enquanto engrenagem da ordem capitalista; reforço do homem inexistente, senão como trabalhador alienado e reproduzindo-se enquanto tal, portanto, capital. “A relação da propriedade privada contém em si como latente a relação da propriedade privada como trabalho, assim como a relação da mesma como capital e a ligação de ambas expressões uma com a outra” (MARX, 2015, p. 326).

onde distingue a emancipação política da emancipação humana<sup>6</sup>, impossível sem a supressão da propriedade privada que dá aparência de troca de equivalentes entre trabalho e salários, entre valores e preços (NETTO, 2015).

Disso resulta a concepção da comunidade dos homens como uma série de trocas, do intercâmbio e do comércio mútuo entre equivalentes, fixando como imanente ao homem o que de fato é a forma alienada das relações sociais. E é exatamente a alienação que faz com que a comunidade humana falseada e desrealizadora se sobreponha ao homem enquanto ser genérico (consciente de seu gênero) e à comunidade humana verdadeira (onde o ser genérico afirma e realiza sua essência). E reverter o quadro requer a supressão da propriedade privada, fundamento do dinheiro e do trabalho alienado, via revolução proletária rumo ao comunismo. O que não é decorrência de um devir teleológico da história ou de mero voluntarismo, mas das possibilidades concretas abertas pelas próprias contradições do desenvolvimento capitalista que podem (ou não) ser realizadas. É resultado, portanto, da capacidade de uma classe pôr em marcha a construção de uma sociedade em que reinem os interesses universais (emancipação humana), desta se desvencilhar da consciência alienada (palco da ideologia burguesa) e de se converter em classe “para si”, isto é, de realizar no plano teórico-prático sua tarefa histórica.

### **3. Ideologia e Formas de Consciência**

As classes dominantes apresentam seus interesses como interesse universal e sua forma ideal como a única racional e válida, ou seja, a ideologia burguesa é expressão ideal da economia burguesa e seus valores. A partir desta ideologia, que tem forte aderência na consciência alienada, conforma-se certo consenso pela naturalização das contradições do capital, sob o argumento

---

<sup>6</sup> Para o comunista, ou materialista prático, revolucionar o mundo é um ato histórico e não de contemplação, dado pelo desenvolvimento de condições históricas para tal. O homem não é apenas objeto sensível, mas também atividade sensível – daí o salto do materialismo histórico em relação ao materialismo “puro” – uma vez que o pressuposto da existência humana e da história é a produção de meios para satisfação de necessidades, produção da vida material (MARX; ENGELS, 2007).

de que o modo de produção capitalista é o ponto de chegada do desenvolvimento e da história da humanidade como um todo, e não de uma classe.

Cabe ressaltar que para o marxismo não há separação entre as ideias dominantes e os indivíduos materiais, donde o Estado (e suas instituições coletivas) ser a forma pela qual a classe dominante faz valer seus interesses, destacando-se o direito privado, que se desenvolve com a propriedade privada. Desta maneira, o método marxiano se eleva da terra (homens de carne e osso, ativos) ao céu (o que os homens dizem, imaginam, homens pensados e representados), e não como faz a filosofia alemã, que desce do céu a terra<sup>7</sup> (MARX; ENGELS, 2007).

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (...) Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008, p. 7-8).

Há distinção entre as formas de consciência social – forma geral – e a ideologia, forma particular de consciência, de maneira que toda ideologia é forma de consciência, mas nem toda forma de consciência é ideológica. Ou ainda, a consciência social é expressão das relações humanas estabelecidas para a produção material da vida e, nesse sentido, a ideologia não é um simples falseamento da realidade para Marx e Engels, mas objetivações ideais válidas, correspondentes a esse modo de produção – de mercadorias – historicamente definido. Da mesma forma, as ideias revolucionárias não são puras abstrações ideais, mas fruto das contradições e problemas da própria realidade e das soluções possíveis a eles (IASI, 2017).

---

<sup>7</sup> As formações ideais se dão a partir da práxis material – não o contrário – e, por isso, os produtos da consciência não são dissolvidos por obra da crítica espiritual. Forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio são a essência do homem e da história, fundamento real inabalável apenas pela “autoconsciência” e a proclamação da mudança (MARX, 2010).

Portanto, resta errôneo tratar a ideologia como mero conjunto de ideias<sup>8</sup> e é estranho a Marx e Engels pensar a ideologia como manipulação consciente da realidade no campo ideal, uma mentira. A consciência é consciência prática e as ideias têm raízes na realidade social, portanto “(...) as ilusões sociais estão ancoradas em contradições reais, de modo que somente pela atividade prática de transformar as últimas é que podem as primeiras ser abolidas” (EAGLETON, 1997, p. 72).

A ideologia é tema bastante antigo e remonta à Grécia Antiga, quando a busca pela reflexão sobre os problemas mais gerais da humanidade se desvencilham da religião. E se imbrica com o conhecimento em si, acerca do homem e da realidade, que ultrapassa os limites da percepção sensível direta e passa a lidar com as abstrações, a produção teórica, cuja validade se dá pela realidade. Como o conhecimento se organiza a partir das ideias, é essencial compreender também como se formam as ideias (KONDER, 2002).

A ideologia é uma forma particular da consciência social, cuja base material é a alienação, pois os seres humanos projetam suas capacidades para fora de si próprios, que se volta contra eles como força opressora. Como é forma correspondente da experiência social vivida, a ideologia tem força e aderência. Diferente do comunismo, que se trata de experiências não vividas e que não correspondem à realidade vigente. Desta forma, ideologia não é falsa consciência, e sim a verdadeira consciência do mundo da sociedade de classes, que é obscurecida, invertida e naturalizada (IASI, 1999; KONDER, 2002).

*A priori*, a consciência seria a interiorização da realidade externa, a representação subjetiva da realidade objetiva, através da percepção. Contudo, esta representação mental da realidade concreta não capta o todo, apenas uma parte dele e de seu movimento, a mais aparente, um momento

---

<sup>8</sup> Destutt de Tracy inventa o conceito de ideologia em 1796 num conjunto de conferências no Instituto da França, conhecido como notas sobre a faculdade de pensar: “Mémoires sur la faculté de penser”. Seria a necessidade de uma nova ciência dedicada ao estudo das ideias, uma metaciência que analisa o processo de transformação das sensações em ideias de forma positiva, útil e de exatidão rigorosa, combatendo os elementos estranhos à formação das ideias.

abstráido do movimento, a partir do que se tenta compreender o todo pela generalização da parte. Este é um dos mecanismos da primeira forma de consciência.

A primeira relação que o indivíduo vive na sociedade é a familiar, uma visão do mundo externo como realidade inquestionável e captada como natural, como normas a serem reproduzidas, por associação, em outras relações. Isto é, relações preestabelecidas vividas como realidade dada e que são despidas de seu caráter histórico e cultural para tornarem-se naturais; e que vão definir (a partir do poder do outro) a forma de satisfação das necessidades de quem as sente<sup>9</sup>. A interiorização destas normas e padrões faz com que o indivíduo as veja como dele, e não exigência externa (IASI, 1999).

Apesar de outras relações sociais no decorrer da vida terem potencial para reverter as relações iniciais dos indivíduos e sua primeira forma de consciência, de modo a torná-los sujeitos ativos, não é o que ocorre na maioria dos casos. Mas sim a interiorização de uma lógica externa como reflexo da primeira manifestação da consciência e da compreensão do mundo pelo vínculo particular imediato. “(...) Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação”, manifestação inicial da consciência (e não ausência dela), enraizada em carga afetiva e modelos de fundo psicológico; a alienação, primeira forma de consciência subjetiva, é a base da ideologia como meio de dominação (IASI, 1999, p. 22-4).

A ideologia é a universalização da visão de mundo da classe dominante, em correspondência com as relações concretas, ancorada em dois elementos no capitalismo, que geram as condições da alienação: a propriedade privada e a força de trabalho assalariada. “A materialidade destas relações produtoras de alienação são expressas no universo das ideias como ideologia (...)” (IASI, 1999, p. 26), que encontra na primeira forma de consciência – alienada – base para sua aceitação, pois as relações de identidade com outros seres humanos

---

<sup>9</sup> Para a criança, os produtos do trabalho humano já aparecem como coisas autonomizadas. O conjunto da humanidade aparece como mundo externo materializado em coisas, que se tornam suas propriedades e satisfazem suas necessidades, mediado pelo núcleo familiar.

(e não com a sociedade) e a generalização do particular é que balizam os valores interiorizados, que aparecem como visão própria de mundo.

Essa visão de mundo, apesar da aparente coerência e criticidade, é desagregada, acrítica e desistoricizada: é o senso comum<sup>10</sup>, a filosofia dos não filósofos, mas que influi como força política externa e elemento de subordinação sobre as massas populares. Isto não implica ausência de verdades no senso comum, mas sim que é conceito equívoco, contraditório e multiforme, em que a solidez formal e a imperatividade superam a validade de seu conteúdo (GRAMSCI, 2015).

O homem participa na vida cotidiana (momento da vida ditada pela urgência dos problemas imediatos) com sua individualidade, personalidade, sentidos, sentimentos e capacidades, mas sem realizá-los em toda sua intensidade; é heterogênea (vários tipos de atividades) e hierárquica (atividades dominantes). O homem já nasce inserido na vida cotidiana e amadurece a partir do desenvolvimento das habilidades para vivê-la, da assimilação, da manipulação das coisas e, conseqüentemente, das relações sociais e das formas de intercâmbio. Este amadurecimento para a cotidianidade começa em grupos, como a família, onde o indivíduo – ser particular (o “eu”, suas necessidades e manifestação das paixões) e ser genérico (o “nós”, como expressão e produto das relações sociais) – aprende costumes e normas da cotidianidade. O mais comum é que o humano-genérico se subordine aos afetos e desejos do eu particular, donde surge a necessidade da moral (ética como motivação) e sua função inibidora (HELLER, 2000).

No pensamento cotidiano<sup>11</sup> impera a efemeridade das motivações e a rigidez do modo de vida, Mas sem serem absolutizados, pois há personalidades

---

<sup>10</sup> A primeira expressão da classe trabalhadora é uma não classe, um momento da serialidade, em que são apenas trabalhadores agrupados, mas sem se constituir como coletivo; vendo-os uns aos outros, inclusive, como adversários na disputa por um lugar nas relações de produção. É ainda um indivíduo encapsulado. A consciência que se expressa nesse momento é a reificação (Lukacs), senso comum (Gramsci) ou alienação (Marx). É a consciência dos trabalhadores no momento da serialidade (Sartre), a forma imediata de consciência, imposta pela ideologia burguesa (IASI, 2022).

numa cotidianidade não alienada, potencialidade aberta a todo ser humano de uma individualidade consciente e que altera as atividades heterogêneas da vida. Ou seja, a aproximação entre ser individual e ser genérico perpassa a superação da alienação e nova ordenação da cotidianidade, que se converte em ação moral e política. Uma nova forma de pensamento (teoria) e comportamento (práxis) cotidianos, em que a vida cotidiana possa ter certa participação na construção de uma unidade entre pensamento e ação que promovam o desenvolvimento humano genérico (HELLER, 2000).

Para tanto, é preciso superar os preconceitos, juízos provisórios que emanam das classes dominantes e que apelam ao conservadorismo, inabalados pela razão e pela refutação científica. É possível estabelecer, por conseguinte, uma relação entre a primeira forma de consciência (IASI, 1999), o senso comum (GRAMSCI, 2015) e a vida cotidiana (HELLER, 2000), expressões e produtos de uma forma de vida pautada pela ideologia da classe dominante, que reproduz a cisão entre o ser particular e o ser genérico e impede a emancipação humana.

Essa primeira forma de consciência, que se instala como senso comum, se dá encharcada de afetividades, tornando-a difícil de ser problematizada. Inclusive porque prepondera uma concepção desagregada, incoerente e inconsequente do mundo, que tende a ser reforçada no mundo escolar, religioso e das relações de produção. Contudo, no capitalismo as condições materiais estão em constante transformação, ao passo que “(...) as relações sociais de produção e sua manifestação e justificativa ideológica devem permanecer estáticas em sua essência” (IASI, 1999, p. 31).

---

<sup>11</sup> Na forma burguesa, marcada pela alienação e reificação da mercadoria, a cotidianidade é o momento da vida em que o indivíduo está funcionando para resolver problemas imediatos, muitas coisas ao mesmo tempo, com dificuldade de aprender novas coisas. As características da vida cotidiana são: 1- espontaneidade (resposta aos problemas sem reflexão); 2- tomada da probabilidade por certeza (pois não há espaço para a segurança científica); 3- economicismo (senso comum tende a dar atenção para o imediato, economia de energia); 4- unidade imediata de pensamento e ação (não há tempo para elevar as ações ao plano da teoria); 5- indiferenciação entre correto e verdadeiro; 6- ultrageneralização, que tem como maior recurso a analogia; e 7- imitação para assimilação do sistema consuetudinário (IASI, 1999).

Esta é a contradição da primeira forma de consciência, uma ruptura entre a ideologia (valores interiorizados) e a realidade em mudança (relações atuais), o que gera no indivíduo isolado um conflito interno e subjetivo que se manifesta como revolta. Esta contradição abre a possibilidade da crítica, mas também de uma saída conservadora e até reacionária (encaixar a realidade na sua subjetividade). A consciência pode caminhar ou não para formas mais elevadas pela revolta<sup>12</sup>, e as relações que a pessoa estabelece é que vai determinar isso. Para tanto, desempenha relevante papel o grupo, isto é, um salto de qualidade na forma de consciência pela identidade com o outro e a ação coletiva para mudar – e não apenas aceitar – o que se apresenta como injusto, o enfrentamento. Este é o desenvolvimento para a segunda forma de consciência: a consciência em si, ou reivindicatória (IASI, 1999).

A segunda forma de consciência ainda se baseia nas relações imediatas, mas não mais do ponto de vista individual. Pode desenvolver-se para uma forma mais elevada, mas ainda tem traços da primeira forma de consciência, de satisfação dos desejos como responsabilidade do outro (Estado ou patrão, por exemplo), a manifestação do inconformismo a partir das formas e condições já estabelecidas. É uma forma importante para a superação do senso comum e da alienação, mas ainda reivindica dentro dos limites, instituições e possibilidades do capitalismo em si. Enquanto classe nega o capitalismo afirmando-o, uma vez que a segunda forma de consciência<sup>13</sup> ainda é prisioneira das aparências e das vivências particulares, e lida com os sintomas e não as causas dos problemas (IASI, 1999).

---

<sup>12</sup> A revolta, experiência solitária de sofrimento, pode desembocar: 1- na resignação, reforçando o aspecto de naturalização do senso comum (prato cheio para soluções individuais do problema que o levou ao sentimento de injustiça); 2- no ressentimento, que pode ser canalizado por agentes políticos conservadores ou reacionários, que se apresentam como contrário à ordem, mas que a reforçam; 3- no enfrentamento das condições percebidas como injustas para ele e para os outros, numa identificação entre os indivíduos que pode gerar processos coletivos (IASI, 1999).

<sup>13</sup> Quando a consciência estagna na segunda forma, tendem a se reapresentar elementos característicos da alienação e do senso comum. Cada indivíduo novamente serializado volta a ser um espectador passivo de situações que ele não controla. E isso serve também para movimentos e partidos sociais. Pode descambar para um reformismo que, diante da impossibilidade de implementação, prioriza a ordem vigente.

No entanto, é das contradições acima elencadas que surge a possibilidade do indivíduo transcender o grupo e os vínculos mais imediatos com a realidade, e buscar compreender a essência das coisas. Em outras palavras, dar um salto qualitativo para a terceira forma de consciência, que concebe a transformação como objeto de um sujeito coletivo e histórico: a consciência “para si”, revolucionária; a transição do motor coletivo para a satisfação individual dos desejos em direção à classe como sujeito histórico.

A contradição desta terceira forma está no fato de que só se vivencia a alteração da consciência individualmente, porém o processo de transformação para realizá-la é social, podendo levar à dissonância entre o indivíduo e a classe. Aqui a mediação política surge tentando aproximar essa dissonância, da consciência sem condições de realizar-se senão na prática sobre uma realidade que nem sempre oferta as condições objetivas para tal. Mais uma vez, há o sofrimento do indivíduo em conflito como sendo ele mesmo uma contradição, e não expressão dela, ao passo que o alienado enquadra-se na “normalidade”. Porém, este indivíduo está munido agora de uma nova forma de consciência, e pode buscar mediações políticas para a construção das condições subjetivas da revolução nessa luta entre a ansiedade e a depressão (IASI, 1999).

A esta contradição soma-se a temporalidade como limite pessoal para a transformação da realidade, pois o indivíduo é o núcleo da sociedade capitalista e, portanto, a luta e o objetivo de vida é acumular para si e a família, o que se encerra com a morte para aquele que não se enxerga no outro<sup>14</sup>. A potencialidade de vitória da classe trabalhadora é tarefa que requer novo indivíduo, que compreenda a temporalidade para além de si próprio, na continuação da obra coletiva. E requer nova consciência, que na sociedade capitalista existe de forma embrionária e depende da combinação entre a luta das ideias e as bases objetivas, a determinação material. Isto é, uma luta teórica para que as ideias e valores da classe deem unidade e coerência à sua concepção de mundo como valor universal (IASI, 1999).

---

<sup>14</sup> Por isso a religião mostra como solução a continuidade da alma privada.

Percebe-se, portanto, que a transição da primeira forma de consciência – senso comum, fundado na alienação e base material para a ideologia – para a consciência de classe “em si” e “para si” envolve mediações entre as unidades contraditórias do indivíduo e do grupo, do campo ideal e da realidade material que o determina e que é por ele tensionada. E esse desenvolvimento das formas de consciência não é um processo linear e progressivo, uma vez que a contradição entre a ideologia individualizada e a realidade em constante movimento, pelas próprias leis de desenvolvimento capitalista, gera uma experiência de sofrimento e sentimento de revolta que pode desaguar em resignação, ressentimento ou enfrentamento. E somente neste último caso é que se abre a possibilidade para formas não alienadas de consciência.

E como somente pela existência do grupo isso é possível, resta claro por que Marx (2017) – em seu debate com Proudhon – reitera a importância das coalizões de trabalhadores como primeiras tentativas de associação de interesses comuns de pessoas díspares contra o patrão. Melhor dizendo, caminho para cessar a concorrência entre os trabalhadores e concorrerem contra os capitalistas. Enquanto estes últimos se organizam para reprimi-los, mais as coalizões tendem a se associar e ganhar importância maior que a própria manutenção dos salários.

Se a existência de uma classe oprimida é condição *sine qua non* do capitalismo, a libertação desta classe só é possível em uma nova sociedade, que separa os poderes produtivos adquiridos das relações sociais existentes. Isto é, em sua mais alta expressão, a luta entre burguesia e proletariado é uma revolução total. E até que isso ocorra e as revoluções políticas deixem de ser necessárias, todo movimento social é um movimento político e de luta, cujo destino depende em grande medida da forma de consciência gestada pelas contradições concretas e que interagirá para a transformação da realidade. No entanto, enquanto as condições objetivas para a transformação societária tendem a se estabelecer a partir do próprio desenvolvimento das contradições do modo de produção, as condições subjetivas necessárias a

tal fim não frutificam de forma autônoma ou espontânea, o que abre o debate para o papel dos movimentos sociais – e partidos – sobre a consciência de classe e a conversão da classe “em si” em classe “para si”.

#### 4. Movimentos Sociais, Partidos e Consciência de Classe

No tópico anterior foi feita uma breve análise sobre as possibilidades e limites da passagem do senso comum para a consciência reivindicatória (classe “em si”)<sup>14</sup> e, desta, para a revolucionária (classe “para si”)<sup>15</sup>. Este, contudo, não é um processo linear, pois os movimentos sociais que expressam interesses de um grupo podem se cristalizar no estágio reivindicatório, compatível com a manutenção do Estado burguês e com a integração do movimento no interior deste. A chave para a compreensão dos movimentos sociais reside na sua relação com as classes sociais em sua fase reivindicativa. A teoria (combate à ideologia dominante e ao senso comum) faz a mediação da passagem para a terceira forma de consciência<sup>17</sup>.

Para tanto, é preciso uma análise crítica dos “novos movimentos sociais”<sup>18</sup> (NMS), que se formam a partir da experiência imediata e das identidades entre seus participantes, com deslocamento da centralidade do conflito

---

<sup>15</sup> A passagem da segunda para a terceira forma de consciência perpassa a teoria. Sem a mediação da teoria (não necessariamente acadêmica) não há consciência revolucionária; não basta a vivência da injustiça. Superar a forma ocasional e desagregada de consciência exige proceder a um inventário crítico. Uma depuração da consciência para livrá-la dos multiconformismos, típico do senso comum.

<sup>16</sup> Não há uma tendência natural de elevação das formas de consciência e, mais importante ainda, não há sedimentações em qualquer uma destas formas, como se a consciência fosse algo adquirido e que, dali em diante, só pode se elevar. Tal qual a realidade concreta, essas formas de consciência são movimento e contradição, podendo um indivíduo ou grupo transitar frequentemente entre elas.

<sup>17</sup> A luta de classes pode articular os conflitos sociais sem uniformizá-los. “Trata-se então de enfrentar a dupla tarefa de, por um lado, encontrar e sublinhar a identidade sob a diferenciação e a contradição aparentes, assim como, por outro lado, encontrar e sublinhar a diversidade sob a aparente identidade” (NEVES, 2020, p. 49).

<sup>18</sup> Apesar dos movimentos sociais de luta contra os opressores não serem uma novidade histórica, inclusive no capitalismo, eles não se desenrolam num pano de fundo estático ou suspenso. As relações sociais na base e as linhas de força do mundo em que estão e querem criar precisam ser apreendidos. “Novos movimentos sociais” (NMS) geralmente são datados pela sociologia acadêmica nos anos 1970-1980, como fruto de transformações da realidade concreta e do esgotamento das “velhas” formas de fazer política, que passam a ser objeto de crítica. São forças construídas pela base em prol de projetos emancipatórios particulares, construídos pelo fazer cotidiano e pelas demandas mais imediatas como meio de politização dos espaços e enfrentamento ao anacronismo socialista, de uma revolução incerta.

capital-trabalho. Aqui entra em pauta a estratégia democrática (embates organizados em torno do aprofundamento democrático e conquistas sociais) e a estratégia socialista (cujo objetivo final é superar a sociedade de classes, passando pelo Estado proletário como transitório), o que pode ser feito levando em conta três pontos: 1- há exagero no antagonismo entre os NMS e os partidos e sindicatos, como se estes últimos fossem verticalizados e sem reconhecimento das diversidades dos sujeitos políticos; 2- a negação da centralidade do trabalho na produção do valor leva à relativização do conflito capital-trabalho, visto pelos NMS como sem potencialidade enquanto instrumento de luta, fruto da confusão entre mudanças no padrão de acumulação com mudanças nas relações sociais fundamentais do capitalismo; 3- a ênfase no ineditismo oculta o patrimônio e o protagonismo de luta dos setores oprimidos. Portanto, as mudanças societárias de meados do XX não invalidam a necessidade de projetos emancipatórios totalizantes, uma vez que o capitalismo aprofundou seu viés destrutivo (NEVES, 2020).

Mas como apreender a estratégia correspondente a um determinado ciclo histórico? Isto é, aquela traçada em momento de constituição de uma classe como sujeito político, o que se alia ao desenvolvimento da consciência dessa classe e, por consequência, às formas de organização, instrumentos políticos e de luta. No Brasil são dois grandes ciclos: 1- a estratégica nacional e democrática<sup>19</sup> (acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para o socialismo); 2- o ciclo PT ou estratégia democrático-popular (alargamento da democracia – ampliação de direitos e participação política – e ocupação do Estado que, em choque com a classe dominante, levaria ao socialismo) (MARTINS, 2019).

A passagem ao socialismo como um processo democrático e pacífico é uma das chaves de leitura de Lenin, que prevê a possibilidade de controle do Estado burguês pelo proletariado, e se expressou no Brasil pela estratégia nacional e democrática (END), a partir dos anos 1930, e pela estratégia democrática e popular (EDP), no período PT. Ou seja, é o vislumbre de um

---

<sup>19</sup> Esta estratégia foi alvo de acirrado debate e disputa dentro do PCB em meados do século XX.

caminho político que se desenvolve a despeito das relações sociais tipicamente capitalistas (NEVES, 2020b).

A END, ancorada na ideologia do desenvolvimento nascida na Guerra Fria, tem o horizonte utópico do desenvolvimento (nas bases capitalistas de produção) em permanente disputa, abarcando distintos projetos políticos e processos históricos desde meados do século XX. *Grosso modo*, defende a superação dos problemas econômicos e sociais dentro do próprio capitalismo, que os engendra, numa circularidade comum no pensamento econômico contemporâneo (PRADO, 2019).

Já a EDP calçou-se em três incompreensões que desembocaram na conciliação de classes e abdicação da revolução pela classe trabalhadora: 1- o potencial civilizatório do desenvolvimento capitalista no Brasil ante o capitalismo mundial; 2- o comportamento político das classes (há fragmentação e invisibilidade da classe trabalhadora, com aumento da desigualdade e impactos sobre a consciência de classe, que se prende ao transformismo); 3- o caráter de classe e da forma política do Estado brasileiro (instituições democráticas são incapazes de gerir nosso capitalismo sem recorrer à coerção para conformar o consenso) (IASI, 2019).

É preciso entender como uma força inovadora subalterna se converte em grupo dirigente e dominante, com autonomia em relação aos inimigos que visara abater e adesão de outros grupos que o ajudaram nesta tarefa de se unificarem em Estado (GRAMSCI, 2015b). A parte mais dinâmica da estrutura ideológica da classe dominante é o setor editorial, juntamente com tudo que influi sobre a opinião pública, direta ou indiretamente. A classe inovadora precisa, então, do espírito de cisão para se contrapor a isso (GRAMSCI, 2016).

Espírito de cisão é a conquista da consciência da personalidade histórica para que os grupos subalternos, com suas forças inovadoras, transformem-se em grupos dirigentes e dominantes, com autonomia e unificados num Estado. É objetivo cuja realização depende da capacidade de unificarem em si outros grupos, do trabalho ideológico para o rompimento da ideologia

tradicional; é o momento de reflexão teórica e instância sobre a qual se constrói a história da vida dos grupos subalternos (LACORTE, 2017). É a capacidade de a classe desenvolver sua autonomia integral, num projeto de superação da sociabilidade vigente.

Nesta tarefa urge não engrossar a confusão entre as mudanças pelas quais passa o capitalismo contemporâneo e a negação do conceito de classe social de Marx, já que não há alterações nos elementos constitutivos das relações capitalistas nem nas leis fundamentais do valor. Permanece a propriedade privada dos meios de produção e a relação social entre os vendedores da força de trabalho (expropriados) e os capitalistas (que extraem mais-valia) (IASI, 2009).

A sociabilidade contemporânea apresenta-se a partir de identidades e pertencimentos pulverizados, multifacetados, exatamente para que a pluralidade de solidões e a cisão entre grupos faça surgir, como única consciência possível, a soma dos vários pontos em que o indivíduo transita<sup>20</sup>; algo ocasional, heterogêneo, efêmero e sem uma totalidade que dê significado às expressões particulares. Mas ainda assim uma forma de consciência real – porque expressa no âmbito ideal as relações sociais da sociabilidade contemporânea – e efetiva – porque articula pertencimentos e identidades onde estava a consciência de classe. É o senso comum elevado à consciência universal de uma época, a opinião substituindo a verdade, a consciência submetida à reificação. É um momento específico do processo de consciência, o da crise aguda da sociedade capitalista, que, não podendo orientar para o socialismo, tem como alternativa a falência da razão (IASI, 2017).

E esta materialidade histórica impacta diretamente os movimentos sociais, uma vez que na contemporaneidade do capitalismo (com a derrota universal das experiências revolucionárias socialistas) instalou-se um quase consenso democrático na ampla maioria dos movimentos de esquerda, que

---

<sup>20</sup> “Se conseguirmos olhar além dessa espessa cortina de fumaça ideológica repleta de ‘interessantíssimas’ questões acadêmicas, talvez voltemos a nos dedicar a questões um pouco mais prosaicas e urgentes: organizar as condições subjetivas de nossa classe na perspectiva de uma revolução socialista, gerando as condições para que a ação forme ‘proletariado enquanto proletariado’” (IASI, 2011, p. 120).

tendem a se prender ao possibilismo e a enxergar a transição para o socialismo como algo prematuro.

Marx e o próprio Lenin explicitam que a transformação subjetiva dos homens e mulheres deve coincidir com a transformação das circunstâncias materiais, sem ilusões quanto ao Estado burguês ou ao fato de que a revolução socialista prescinde de um momento de violência, exatamente para que o Estado proletário possa garantir o alargamento democrático. Sem isso, há aprisionamento do proletariado em formas parciais de consciência e na política oportunista que reitera o Estado burguês (NEVES, 2020b).

Sob esta perspectiva, sanar os problemas que afligem a classe trabalhadora perpassa a formulação e generalização de uma filosofia da práxis (bom senso ao invés de senso comum) que conceba o mundo de forma consciente, coerente, crítica e histórica; que supere a maneira precedente de pensar e unifique teoria e prática; que combata a fé que o homem do povo nutre em relação ao grupo social ao qual pertence e que pensa difusamente, como ele. Para tanto, o movimento cultural que pretende substituir o senso comum precisa repetir incansavelmente seus argumentos, variando a forma, e trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente as massas populares, o que modifica o panorama ideológico de uma época (GRAMSCI, 2015).

Por isso as populações do campo e da floresta precisam de todo conhecimento crítico que se possa reunir. Bem como os trabalhadores urbanos precisam compreender a dinâmica social totalitária ditada pelo capital, divulgada como natural e inescapável. E compreender a totalidade, em Marx, não é saber tudo, mas conhecer o ponto que contraditória e desigualmente une o planeta sob a égide do capital, com os pés na concretude das relações sociais. Adquirir arsenal teórico com a sensibilidade das condições reais atuais, aprender com os clássicos e superá-los, elaborar formulações teóricas que unifiquem os diversos movimentos sociais que lidam com as contradições da lógica do capital (FONTES; MIRANDA, 2014)

Muitas vezes evocam-se os desdobramentos da Revolução Russa para legitimar a tese de que a revolução socialista é prematura, que ainda não é

o momento propício, como se as condições objetivas para tal se desenvolvessem automaticamente, ou como se houvesse uma relação de ordem temporal linear (e não dialética) entre subjetividade e objetividade. A tese de revolução prematura tem origem nos próprios mencheviques (em especial Kautsky) e ganha vigor após a queda da URSS, como se as lutas e revoluções não tivessem lógica própria e pudessem ser autolimitadas sem forçar adequação à ordem e limitar as próprias aspirações das massas. É uma ideia de história regrada, predeterminada, e não como amplo horizonte de possibilidades<sup>21</sup>.

Diferente da ideia kautskyana de caixa de marchas progressivas em direção ao socialismo (que acarreta o abandono do socialismo ao curso do tempo), Lenin não reduz o político ao social, mas vê no partido a tarefa de decifrar politicamente as manifestações das contradições sociais, mediando estratégia e tática em tempo kairótico, numa revolução que não se dá por ato único. É o momento em que os de cima não podem mais, os de baixo não querem mais e os do meio hesitam, em que um projeto político se afirme no instante crítico (relevância dos partidos) (BENSAID, 2000b).

Em períodos de crise do capitalismo, se acirram a angústia e o irracionalismo. Já em períodos de maior estabilidade movimenta-se o formalismo pseudorracional da “miséria da razão” (como é o caso do agnosticismo positivista e estruturalista), os valores burocráticos, a racionalidade tecnológica e a conformidade com o sistema. Em todos os casos, o humanismo (que revelaria a irracionalidade de uma época marcada pelo consumo supérfluo e insensato), o historicismo concreto (que apontaria as mudanças e transformações latentes) e a razão dialética (que revelaria a contradição entre um mundo aparentemente “organizado” e a irracionalidade da sociedade) continuam como inimigos da “miséria da razão” (COUTINHO, 2010).

Tais elementos ganham contornos ainda mais críticos no século XXI, em que as alternativas revolucionárias do proletariado e as experiências

---

<sup>21</sup> “Falar nesse caso de revolução prematura significa um retorno a enunciar um julgamento de tribunal histórico, em vez de se colocar do ponto de vista da lógica interna do conflito e das políticas que se defrontam” (BENSAID, 2000, p. 175).

fascistas foram derrotadas, originando um consenso democrático que aglutina esquerda e direita em torno do neoliberalismo e da falta de alternativas fora da institucionalidade.

Face à dificuldade de sentir e representar o mundo contemporâneo – cuja sensação vigente é de vazio e confusão – a pós-modernidade se condensa no cotidiano pela individualização, consumismo e predomínio da informação. A expansão do capital converteu os componentes da esfera cultural em mercadorias, estrutural à produção frenética de novos bens; economia e cultura se desdiferenciam. É exatamente o aprofundamento e universalização da lógica da produção de mercadorias, levando ao paroxismo a alienação, o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais, que requer mudanças da cotidianidade e da cultura expressas no pós-modernismo. Ou seja, não é o nascimento de uma nova sociedade, pós-industrial, mas sim mudanças que não negam as estruturas essenciais do capitalismo que se expressam na pós-modernidade, e que reforçam o vínculo desta com o racionalismo formal e a miséria da razão (EVANGELISTA, 2001).

Ademais, vige na atual crise, também, a ampliação do irracionalismo, que ensejou os movimentos fascistas clássicos e hoje movimentam o neofascismo. Os movimentos fascistas inovaram na prática política contrarrevolucionária, pelo culto da violência irrestrita, o populismo<sup>22</sup> como catalisador de base de massas (massificação da política contrarrevolucionária através do discurso populista) e a apologia à chefia carismática. Porém, a comparação entre fascismo e populismo dos anos 1930 e os dias de hoje é precipitada. Apesar dos paralelismos históricos, nesta segunda crise dos sistemas liberais há diferenças essenciais: 1- a inexistência da ameaça revolucionária à ordem permite prescindir das soluções ditatoriais e das formas extremas de violência; 2- a demagogia populista da xenofobia, racismo, autoritarismo e nacionalismo não é mais exclusiva de movimentos protofascistas, e foi

---

<sup>22</sup> O termo populismo é exemplo de promiscuidade conceitual, usado para classificar movimentos historicamente diversos, de significados múltiplos e contraditórios. A única consistência é a designação adversarial, que esclarece mais sobre quem designa que sobre o seu objeto (área identitária de rejeição, dispositivo de agregação por um lado e exclusão por outro) (LOUÇÁ, 2018).

apropriada por partidos neoliberais e social-liberais; 3- não é mais preciso angariar base de massas pela intermediação fascista, pois os partidos nucleares controlam a mídia de massas e as redes de informática; 4- populismo é agora também recurso de esquerda, centrada mais em reprovação ética do que antagonismo de classe (ROSAS, 2018).

Os populismos hoje existentes emergem da segunda crise do liberalismo e enunciam as formas de decadência das democracias burguesas, presas ao “centro vital” como único lugar da política. Tal centro não é fixo, desloca-se de acordo com conveniências, e é fruto da ruptura com a social-democracia e sua absorção pelo neoliberalismo. O que importa agora é gerir, e não eliminar o capitalismo. Por isso os populismos de direita flertam com o autoritarismo (tensão entre neoliberalismo e democracia) e os de esquerda ignoram o programa que deveriam tornar consciente (estratégia discursiva sem estratégia política) (LOUÇÃ, 2018).

E isto figura como um grande problema, já que as crises (sociais, econômicas, políticas, psíquicas, humanas, ambientais etc.) estão no gene do capitalismo, e só enfrentando-o é possível saná-las. Prender-se às instituições burguesas como meio de sanar os problemas iminentes à sociedade burguesa é ignorar que o Estado capitalista apresenta a dominação de classes e suas contradições como algo natural e possui duas expressões inseparáveis: a sociedade civil (conciliação de contradições sociais, com conquistas parciais para a classe trabalhadora) e a sociedade política (instância de coerção e violência, física e simbólica, em nome de uma unidade inflexível e vista como legítima por responder às leis). Como as formas políticas clássicas estão sendo desqualificadas, abrem-se brechas para as direitas belicosas e para o aprofundamento das desigualdades, de tal forma que a democracia parece ter se tornado comunista (FONTES, 2017).

Se o capitalismo esgotou sua capacidade progressista e civilizatória, qualquer forma de organização sob a perspectiva da maioria da classe trabalhadora passa pela superação desta sociabilidade. O que exclui concessões a frações do capital monopolista e imperialista e à possibilidade gradualista,

pois estas desarmam as classes para o momento da ruptura e, quando gera qualquer conquista, é pontual e facilmente reversível, incidindo diretamente sobre as formas de consciência da classe que precisa se constituir como sujeito histórico.

## **5. Considerações Finais**

O século XXI inicia com as estratégias socialistas derrotadas na maior parte do mundo, fazendo com que centro-esquerda e centro-direita trabalhem com a sociabilidade atual como um dado, se distinguindo em suas propostas, mas presos ao horizonte da ordem vigente. Mais precisamente, o centro vital da política hoje é o consenso democrático (burguês), que imerso na institucionalidade burguesa não consegue responder aos desafios históricos com o resgate de uma posição mais radical.

E esta radicalidade – tomar as problemas pela raiz – é imprescindível para que, conforme se apreenda a realidade pelo método marxiano, se perceba que a solução dos problemas que afligem a classe trabalhadora só se efetiva com o fim da propriedade privada e do trabalho assalariado. Dito de outra forma, a emancipação humana perpassa que a classe de fato universal se converta em classe “para si” e tencione o socialismo. No entanto, além de fundamentais à sociedade de produção de mercadorias, a propriedade privada e o trabalho assalariado são a base da alienação, o que permite à ideologia burguesa conformar um consenso acerca dos seus interesses e valores, apresentados como universais.

Assim, sanar os problemas em sua estrutura requer que o sujeito histórico da transformação se desvencilhe da consciência alienada, marcada pela ideologia burguesa, e transite para formas mais elevadas de consciência. Requer que o senso comum dê espaço à consciência revolucionária, que se criem as condições subjetivas (contingenciadas pela materialidade concreta) para a revolução, que a prática seja guiada teoricamente pela superação das contradições do capitalismo em suas raízes. E é nisso que os

movimentos sociais e partidos de esquerda despontam como atores que devem cumprir um papel, de mediar o mundo objetivo e a apreensão da realidade, de mediar a conversão da classe “em si” em classe “para si”.

Porém, ao mesmo tempo que a atual crise do capital faz avançar sua face coercitiva e barbarizante, ao mesmo tempo que se adensam os governos e figuras reacionárias e neofascistas, se acirra um quase consenso democrático que se instalou na ampla maioria da esquerda, inclusive da que se reivindica anticapitalista. Algo que tem guiado muitos movimentos e partidos diante da urgência de se derrotar Bolsonaro nas urnas. Os que ficam presos à inatualidade da ruptura se apoiam em quatro pontos:

- 1- Afirma-se a necessidade de união de todos os lutadores sociais em torno do mal maior, o que contraria o espírito de cisão e acarreta na aceitação implícita ou explícita de apoio aos que abraçaram a política do possível;
- 2- O capitalismo em certos países não teria amadurecido suficientemente ainda;
- 3- A luta contra o imperialismo, o latifúndio e os monopólios é mais imediata que o fim do capitalismo, o que permite alianças com setores da burguesia;
- 4- A afirmação de que é possível e necessário transitar ao socialismo pacificamente, pelo fortalecimento dos setores socialistas no interior do Estado.

Nesta estratégia, o socialismo é subordinado à manutenção do Estado (menosprezando seu caráter classista e burguês), sem tensionar a legalidade para suprimir a propriedade privada e o trabalho assalariado. É imperioso lembrar que a classe precisa experimentar novas relações para que possa conceber novas ideias e novos valores. A consciência só avança, a partir de certo ponto, se as relações também avançam, senão se concebe a transição socialista de forma idealista, somente pela política, sem mudanças na base material. Historicamente, os que assim tentaram não tiveram condições de derrotar a reação burguesa pelo restabelecimento da ordem.

Em outras palavras, os revolucionários plenos não se formam na “escola do partido”, numa preparação da consciência descolada da realidade, preparada de antemão para atuar sobre ela. A elevação de formas de consciência e

a base material não são apartadas no tempo e no espaço. As condições subjetivas e objetivas da revolução (conversão do proletariado em classe “para si”) interagem dialeticamente. Portanto, a revolução não pode ser feita dentro da temporalidade burguesa, mas requer momentos de condensação temporal com enfrentamentos em que alguns dias valem por anos, algo que fica impossibilitado quando o consenso democrático (burguês) se instala como horizonte estratégico de luta. Em última instância, a revolução socialista sempre será prematura para aqueles que consideram o capitalismo imaturo.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987
- BENSAID, Daniel. As Questões de Outubro. In: LOWY, Michel; BENSAID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000
- BENSAID, Daniel. Lenin, ou a Política do Tempo Partido. In: LOWY, Michel; BENSAID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000b
- BENSAID, Daniel. Trabalhar para a incerteza. Em: BENSAID, Daniel; LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000c
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997
- EVANGELISTA, João Emanuel. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. *Novos Rumos*, ano 16, n. 34, 2001
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, n. 130, São Paulo, 2017
- FONTES, Virgínia; MIRANDA, Ary Carvalho de. Pensamento Crítico e as populações do campo, da floresta, das águas...e das cidades. *Tempus, actas de saúde colet.* v. 8, n. 2, Brasília, 2014
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 03 (1930). In: *Cadernos do Cárcere*. v. 2. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 1. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- Gramsci, Antonio. Caderno 25 (1934): Às margens da História. In: *Cadernos do Cárcere*. v. 5. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000
- IASI, Mauro. Classes, luta de classes e consciência. *Clássicos do Marxismo*, aula proferida para o curso em 30 de março de 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_zwh\\_BvxEtE](https://www.youtube.com/watch?v=_zwh_BvxEtE)
- IASI, Mauro. Classes Sociais e a reestruturação produtiva do capital. *Novos Temas: Revista de Estudos Sociais e Ciências Humanas*. Salvador: Quarteto, São Paulo: ICP, 2009
- IASI, Mauro. Consciência e pertencimento de classe na nova configuração do trabalho. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. S. (orgs.). *Avesso do Trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017
- IASI, Mauro. Epílogo: o inventário da estratégia democrático-popular e a busca de um caminho para a revolução brasileira. In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- IASI, Mauro. O conceito e o “não conceito” de classes em Marx. In: IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- IASI, Mauro. O método: categorias fundantes no século XXI. *Trabalho Necessário*, v. 17, n. 32. 2019b
- IASI, Mauro. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017
- IASI, Mauro. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- LACORTE, Rocco. Espírito de Cisão. Verbetes. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano: 1926-1937*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017

- LOUÇÃ, Francisco. A maldição populista na bola de cristal do século XXI. In: HONÓRIO, Cecília (coord.). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China, 2018
- LÖWY, Michael. A dialética marxista do progresso. In: BENSÄID, Daniel; LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000
- LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- MARTINS, Caio et al. A “estratégia democrático popular” e um inventário da esquerda revolucionária. In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- MARX, Karl. “Prefácio” à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*. 2.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- MARX, Karl. Trabalho alienado e propriedade privada + Caderno II (Fragmento). *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- NEVES, Victor. Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista. *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 14, 2020
- NEVES, Victor. Lendo Lênin pela lente democrática: sobre a recepção de seu pensamento e o problema da estratégia revolucionária. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, n. 2, Salvador, 2020b
- PRADO, Fernando Correa. Ideologia do Desenvolvimento, Teoria Marxista de Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular. In: IASI, Mauro et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019
- ROSAS, Fernando. Fascismo e populismo: elementos para uma revisitação histórica. In: HONÓRIO, Cecília (coord.). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China, 2018